

“Doações” dos cofres do Tesouro já chegaram a US\$ 13,7 bilhões

por José Casado
de São Paulo

Os contribuintes do Tesouro Nacional, em geral, não ficam sabendo. Mas, a prática da “filantropia” com o dinheiro de seus impostos virou lugar-comum no Orçamento Geral da União.

No ano fiscal de 1992, por exemplo, o governo e o Congresso separaram US\$ 13,7 bilhões do orçamento para “doações” diversas — conforme já apurou a CPI da Corrupção.

Foram “doados” recursos públicos ao setor privado, através de incentivos e renúncias fiscais; às entidades supostamente filantrópicas e educacionais indicadas por dezenas de parlamentares e, principalmente, a governos estaduais e municipais através das chamadas “transferências voluntárias”, uma rubrica orçamentária tão obscura cuja tradução na vida real só se tornou possível a um seletivo grupo de empreiteiras de obras públicas.

“Em duas semanas de CPI já chegamos a, pelo menos, uma conclusão: vamos ter que acabar, urgentemente, com essas ‘doações’ de dinheiro público”

— comenta o deputado federal Benito Gama (PFL-BA), que comanda a mais crítica das subcomissões da CPI da Corrupção, a de movimentação bancária e patrimônio. “Realmente, chegamos ao limite do absurdo”, constata o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator-geral da comissão.

A prática da “filantropia” com dinheiro público acabou resultando naquilo que os integrantes da CPI vêm chamando de “pilantrópia”: há mais de 50 entidades “sociais” recebendo dinheiro dos cofres públicos que, na realidade, serve apenas para engordar a conta bancária de pouco mais de duas dezenas de parlamentares. “Temos indícios tão veementes disso que, em muitos casos, já não são mais fundamentais novas provas”, comenta o relator Roberto Magalhães.

Há autênticas “façanhas” orçamentárias, nesse capítulo: “proprietários” de entidades “sociais”, os deputados Fábio Raunhetti e Feres Nader, ambos do Rio, receberam, no orçamento de 1992, mais dinheiro que o Estado de Pernambuco que Magalhães representa no Con-

gresso. “Essas verbas existem para serem doadas desde 1938”, conta um dos principais beneficiários, o deputado João Alves, que deverá ser o principal personagem do capítulo “subvenções sociais” no relatório final da CPI.

Por incrível que possa parecer, poucos no Congresso sabiam, realmente, como conseguir acesso a essas verbas no orçamento. João Alves controlava o “caminho das pedras” orçamentário desde meados dos anos 70, época em que o regime militar o escolheu como negociador do orçamento no Congresso.

“Era uma coisa que poucos tinham acesso, só uns trinta sabiam como operar”, conta Benito Gama. “Agora, eles sabiam, mas

depois tinha que ser um ministro liberando o dinheiro e aí existia mesmo a conivência”. No capítulo do Ministério da Ação Social, em 1992, mais de US\$ 1,8 bilhão foram separados para esse tipo de “doações”.

Ainda não estão dimensionadas com precisão as doações previstas para este ano fiscal, mas há certeza de que elas existem. A CPI, agora, começa a correr contra o tempo: nesta terça-feira decide se antecipa ou não a abertura de processos de cassação de parlamentares na Câmara e no Senado. A previsão inicial era de que isso só ocorreria em janeiro. Mas as circunstâncias, ou melhor, a quantidade de provas já acumuladas impuseram novo rumo ao trabalho.